



## Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

**Nº da proposição**  
01074/2023

**Data de autuação**  
23/10/2023

Assunto principal: PROPOSIÇÕES  
Assunto: PROJETO DE LEI

Autor: DEPUTADO ALCIDES FERNANDES

**Ementa:**

DETERMINA QUE OS ENTREGADORES AO EFETUAREM ENTREGAS EM CONDOMÍNIOS EDIFÍCIOS VERTICAIS, NÃO SEJAM OBRIGADOS AO ACESSO ÀS RESPECTIVAS UNIDADES RESIDENCIAIS PARA A ENTREGA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**Comissão temática:**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO  
COMISSÃO DE TURISMO E SERVIÇO  
COMISSÃO DE TRAB. ADM. E SERVIÇO PÚBLICO  
COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

|                           |   |                            |                     |
|---------------------------|---|----------------------------|---------------------|
| <b>Nº do documento:</b>   | (S/N)   | <b>Tipo do documento:</b>  | PROJETO DE LEI      |
| <b>Descrição:</b>         | PROÍBE A EXIGÊNCIA DE QUE ENTREGADORES ACESSEM AS UNIDADES RESIDENCIAIS/COMERCIAIS PARA ENTREGA |                            |                     |
| <b>Autor:</b>             | 100012 - DEPUTADO ALCIDES FERNANDES   |                            |                     |
| <b>Usuário assinator:</b> | 100012 - DEPUTADO ALCIDES FERNANDES   |                            |                     |
| <b>Data da criação:</b>   | 23/10/2023 14:37:17   | <b>Data da assinatura:</b> | 23/10/2023 14:40:06 |



## Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

GABINETE DO DEPUTADO ALCIDES FERNANDES

AUTOR: DEPUTADO ALCIDES FERNANDES

PROJETO DE LEI  
23/10/2023

Determina que os entregadores ao efetuarem entregas em condomínios edifícios verticais, não sejam obrigados ao acesso às respectivas unidades residenciais para a entrega, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DECRETA:

Art. 1º Proíbe, que ao entregador, seja exigido, nas entregas em condomínio edifício vertical, acesso às respectivas unidades residenciais/comerciais.

Parágrafo único - Em caso de impossibilidade de encontrar o entregador para receber a encomenda, o consumidor pode solicitar que a entrega seja deixada na portaria do condomínio.

Art. 2º Os aplicativos de entrega em funcionamento no Estado do Ceará, ficam obrigados a notificar os usuários, de maneira permanente e explícita no próprio aplicativo, sobre a proibição a que se refere o artigo 1º.

Art. 3º Fica facultado ao aplicativo de entrega ofertar aos usuários a opção de solicitar a entrega na porta, mediante o pagamento de um valor extra ao entregador.

§1º O usuário deve se certificar que o condomínio permite em seus regulamentos a entrada do entregador antes de solicitar essa modalidade de entrega.

§2º Os consumidores com mobilidade reduzida ou necessidades especiais poderão solicitar a entrega nas áreas internas do condomínio sem que seja aplicada a cobrança de valor adicional.

Art. 4º O descumprimento ao disposto nesta lei acarretará a imposição de multa que variará entre 200 (duzentas) e 500 (quinhentas) vezes o valor da Unidade Fiscal do Estado do Ceará - Ufirc, a ser graduada de acordo com a gravidade da infração, o porte econômico do infrator, a conduta e o resultado produzido.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Conforme disposto no artigo 24 da Constituição Federal, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre produção e consumo, cabendo, portanto, ao Poder Legislativo Estadual propor medidas de segurança aos usuários e de proteção aos trabalhadores de aplicativos de entrega em funcionamento no Estado do Ceará.

Infelizmente, são divulgados com certa frequência casos de entregadores que são ameaçados, agredidos, ofendidos e destratados por se recusarem a realizar entregas na porta da residência do consumidor, sendo que não existem dispositivos legais ou determinações dos aplicativos que obriguem o entregador a concluir a entrega desta maneira.

A fim de se evitar conflitos desnecessários, faz-se relevante a produção de lei estadual para proibir tal exigência, reforçando os ganhos para o sistema de entregas como um todo: ao entregador é possível assegurar mais celeridade e produtividade no seu serviço; e, ao consumidor, mais clareza sobre as regras do delivery, além da segurança contra possíveis golpes ou crimes que poderiam ser cometidos por falsos entregadores.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos demais parlamentares para a aprovação deste projeto de lei, certo de que corresponde ao anseio da população cearense.

A handwritten signature in blue ink, reading "Alcides Fernandes". The signature is fluid and cursive, with the first letters of the first and last names being capitalized and prominent.

DEPUTADO ALCIDES FERNANDES

DEPUTADO (A)